
APRESENTAÇÃO

*João Carlos Jarochinski Silva**
*Marco Aurélio Machado de Oliveira***

A pandemia Covid-19 deflagrada formalmente a partir de 2020, indubitavelmente, por um lado, alterou muitos rumos da humanidade. Novos protocolos, normas para trabalho e vigilância sanitária, procedimentos de higienização pessoal e do espaço e de aproximações e distanciamentos interpessoais. Por outro lado, este evento revelou o quanto diversos traços que compõem a sociedade estavam sendo lidos de formas incorretas. Falamos aqui do negacionismo, tanto em relação a pandemia em si, quanto aos efeitos benéficos que a vacinação promove. É o engano sobre as interpretações que se faziam sobre esse tipo de pensamento e comportamento está relacionado às tentativas de estabelecer relações imediatas entre seus sujeitos e suas camadas sociais, graus de instrução, orientação política ou religiosa.

* Diretor do Centro de Ciências Humanas na UFRR e Professor no programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, na mesma Instituição. E-mail: jcsilva98@hotmail.com.

** Professor no Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços, Coordenador do Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais na UFMS. E-mail: marco.cpan@gmail.com.

A pandemia resultou em mudanças que antes eram vistas, e oficialmente justificadas, como meras adequações pontuais e protocolares como forma de contenção do avanço do vírus e da doença. Contudo, com o passar do tempo verificou-se como algumas dessas medidas possuíam alcances mais específicos e de durabilidades cada vez mais incertas. Exemplo disso é o fechamento de fronteiras, que *pari passu* foi ficando circunscrita ao controle migratório. Os defensores deste tipo de controle através do fechamento de fronteiras, para certos grupos migratórios, historicamente aproveitam-se de argumentos construídos a partir de cenários de crises e tensões, os quais são capazes de gerar justificativas ideais para o alcance de objetivos preexistentes, não necessariamente relacionados com os fatores justificadores da adoção das medidas de impedimento da circulação.

O que podemos perceber é que ao redor do mundo tem sido tomadas medidas administrativas que criam diversos tipos de constrangimentos à circulação de pessoas, associadas a um quadro de hierarquização social existentes, em ações que atingem principalmente àqueles que Bauman¹ (2003) conceituou como refugos humanos para a estrutura econômica vigente. Nesse sentido, infelizmente, diversos países do nosso continente, incluindo o Brasil, têm sido pródigos em exemplos.

Não podemos perder de vista os impactos que essas medidas produziram e produzem nas vidas daqueles que habitam as fronteiras. Se, em um primeiro momento o fechamento ocasionou sentimentos variados nos fronteiriços, que inclui o de perda de dinâmicas estabelecidas ao longo do tempo, posteriormente, com a abertura das fronteiras, e o sentido seletivo dado às migrações, as esferas locais, notadamente localizadas na baixa política, passaram a sentir o peso de ter de lidar com um estado tradicionalmente reativo. Ou seja, o ocorrido em Assis Brasil, a partir de fevereiro de 2021, demonstra a existência de novos fluxos e imensos problemas para lidar com a gestão de crises internacionais que tensionam as vidas na fronteira.

O fechamento de fronteiras revelou a devida escala da questão migratória internacional, ou seja, no mínimo continental. Novos estudos terão que ser dirigidos para compreensão das especialidades que as nações passaram a exercer no que diz respeito aos fluxos, cada mais

¹ BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Tradução de Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

intensos e diversos. E tais fluxos assinalam plasticidades nas formas como autoridades lidam com a questão de acordo com as orientações do Estado. Uns se organizam para o trânsito, enquanto outros para o destino. Ao terem suas fronteiras fechadas, esses países assumem novos protagonismos, especialmente na criação de gargalos que não podem ser compreendidos apenas pela gestão local, mas, também, em escalas minimamente continentais.

Há tempos que os estudos migratórios em ambientes fronteiriços necessitam oxigenar suas interpretações a partir do entendimento político que ambas as categorias carregam consigo. A política, em seus diversos níveis, termina por gerir os impactos trazidos por essa combinação. Seja nas esferas mais altas, onde o macro prevalece, ou na baixa política, onde as soluções são clamadas pela urgência dos acontecimentos, esse campo da vida de uma nação não pode ser subestimado ou esquecido.

Há que se considerar a política em múltiplas dimensões e alcances. Desta forma, e como proposta de novos estudos, mesmo com justificativas assentadas no apelo da crise sanitária, o fechamento de fronteiras era algo reivindicado por segmentos em diversos cantos de muitas nações. Sua efetivação trouxe, ao menos para esses segmentos, a sensação política de controle, mesmo que ilusória. Exemplo disso pode ser observado a partir do momento que as autoridades brasileiras, desde o princípio da pandemia, estabeleceram limitações a um tipo específico de migrante, aquele que circula pelas fronteiras terrestres. Este sofreu restrições a sua mobilidade muito mais severas do que os que se movimentam pelos aeroportos, sendo, portanto, colocado numa condição social inferior. Além disso, restrições específicas quanto ao local de origem dessas pessoas também vigoraram, como a limitação total de ingresso de venezuelanos. A distinção mais negativa para com a chegada de venezuelanos, em comparação com outras nacionalidades que acessam o território brasileiro, e podem fazer uso das exceções trazidas pelas normativas que vem regulamentando a mais de um ano o fechamento da fronteira é exemplar desse anseio limitador por parte das autoridades.

Nesse aspecto, há que se problematizar essas medidas e ressaltar que a ameaça sanitária acaba por ser utilizada da mesma forma que em outros momentos da história, em diversos países do mundo. Ou seja, o fechamento de fronteiras e/ou o controle migratório mais seve-

ro foram medidas adotadas como resposta a outros elementos e em diferentes contextos, como a suposta crise do emprego no final dos anos 1970 e começo dos 1980 no século XX ou da ameaça terrorista no início do século XXI.

Dessa forma, esta edição da revista Geopantanal permitirá ao leitor ter acesso a alguns artigos que irão analisar esse contexto de fechamento de fronteiras e problematizar de forma mais ampla diversas questões fronteiriças, as quais, apesar de serem sempre relevantes e evidentes, nem sempre recebem o destaque e a atenção que merecem, algo que essa edição da revista irá proporcionar.